

NÃO AO GOLPE DO JUDICIÁRIO!

“Um juiz de primeira instância tentou instituir um estado policial no Brasil” (Roberto Batochio, ex-presidente da OAB, sobre Sérgio Moro)

EM DEFESA DE LULA E DO PT NÃO AO AJUSTE FISCAL



Secundaristas se mobilizam em defesa da escola

Em Volta Redonda (RJ), estudantes recusam fechamento de turmas

Os estudantes do colégio Joao XXIII, em Volta Redonda, estão mobilizados contra a decisão do prefeito da cidade, Neto (PMDB), que anunciou que fecharia salas de aula. Os alunos estão organizados e denunciam o sucateamento da educação, superlotação de salas e falta de professores. O primeiro ato foi no dia 25 de fevereiro, quando 300 alunos saíram pelas ruas do bairro Retiro, caminhando da escola até a subprefeitura para cobrar melhorias do poder público.

No início do ano, Neto jogou um pacote que fecha turmas nas escolas da Fundação Educacional de Volta Redonda (FEVRE). A desculpa do poder

executivo é que a arrecadação da cidade caiu devido à crise. Sabemos muito bem que as prefeituras e governos de estado estão com pouco dinheiro, devido a política do ajuste fiscal, mas o prefeito se aproveita para aprofundar os ataques aos estudantes.

Enquanto isso, este ano o prefeito Neto deu isenção de imposto para a CSN, maior siderúrgica da América Latina, ao mesmo tempo em que a própria empresa ameaçava colocar 3000 trabalhadores nas ruas. Ou seja, isenta o patrão e ataca a juventude.

“Nenhuma turma fechada”

Os estudantes não engolem o ata-

que! Com o Sindicato dos Professores do Sul Fluminense (Sinpro-SF), alunos e professores foram à Câmara Municipal cobrar dos vereadores um posicionamento. Os estudantes haviam preparado faixas e panfleto, financiados por eles próprios, que dizia: “ Não aceitaremos o remanejamento de turmas, as superlotações de salas e muito menos a falta de professores que estamos tendo na nossa escola! Por isso estamos nos manifestando! Nenhuma turma fechada! Não ao remanejamento! Mais professores e mais qualidade na educação!”

A direção do Sinpro-SF havia negociado com o vereador Walmir Vitor

(PT) que colocasse em discussão o projeto de lei que estabelece o número máximo de alunos por sala. Os demais vereadores tentaram enrolar para não colocar o PL em votação. Mas os alunos do João XXIII entregaram a sua carta aberta aos parlamentares, que, ao ler, suspenderam a sessão por 10 minutos. Ao retornarem, deram vitória para os alunos e professores.

Mas o prefeito não recuou, e vetou o projeto! A mobilização dos estudantes e professores continua, com novo ato marcado.

Jeffei

8 de Março Vermelho: Juventude Revolução no dia da mulher trabalhadora



Juventude Revolução no 8 de março em São Paulo

A Juventude Revolução (JR) organizou sua intervenção no dia 8 de março, dia da mulher trabalhadora, colocando no centro a luta por reivindicações concretas como a legalização do aborto, as creches públicas, e o combate contra a reforma da previdência que vai atingir de maneira especial as mulheres.

Em Arapiraca (AL), por exemplo, a falta de creche para as mães do campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) foi pauta do debate organizado pelo núcleo da JR no dia 8. Os presentes discutiram o texto “A Proletária”, da revolucionária Rosa Luxemburgo, que recentemente foi publicado como cartilha da JR.

O núcleo de São Paulo também fez uma atividade de formação aberta, no dia 6 de março, para organizar a participação no ato unificado do dia 8. O debate discutiu as diferenças entre as posições da JR a respeito da luta pelos direitos das mulheres com as posições de várias vertentes do feminismo. Houve críticas ao entendimento de que a luta das mulheres trabalhadoras seria em primeiro lugar ao lado das mulheres burguesas e contra os homens trabalhadores - e as armadilhas que derivam dessa posição,

como a discussão sobre o “lugar de fala”. Uma militante avalia que “a gente vê que existe uma segmentação cada vez maior, tem o feminismo ‘branco’, tem o feminismo negro, tem as trans, e muita gente não admite que se organizem juntas e que nenhuma delas fale sobre as questões das outras. Em vez de fortalecer, a gente divide. E é a mesma coisa sobre a mulher e o homem que são da mesma classe, deveriam lutar juntos”.

Legalização do aborto

Os núcleos da JR de São Paulo também discutiram a questão de retomar a luta pela legalização do aborto. Uma jovem que participa tanto da JR quanto da Pastoral da Juventude, ligada à Igreja católica, explicou: “eu pessoalmente sou contra o aborto, não faria, pois, é contra minha religião. Mas defendo que legalize, pois nem todos têm a mesma religião e é uma questão de saúde pública”. Com essa posição, cerca de 15 militantes da JR estiveram presentes no ato do dia 8, na Paulista, gritando: “eu vou pro rua, eu vou lutar, pro aborto legalizar”.

Priscilla Chandretti

Ofensiva contra organizações estudantis

Na véspera da manifestação dos coxinhos, a sede da UNE é atacada



Na manhã do dia 12 de março, a casa que abriga a UNE, a UBES, a ANPG (pós-graduandos) e as entidades estaduais dos estudantes em São Paulo, foi atacada com pixações que diziam “Lula na cadeia” e “estudantes mortadela” (ver foto). A associação imediata é com a última vez que a sede da UNE foi atacada: na noite do golpe militar de 1964, quando o prédio da entidade na Praia do Flamengo, no Rio, foi incendiado. A situação política não é a mesma, e nem a gravidade do ataque, mas a comparação tem seu lugar.

Principalmente porque acende o alerta da necessidade da juventude, junto com a classe trabalhadora, se mobilizar para resistir ao golpe que estão tentando dar e defender as suas organizações. Isso porque temos muito a perder. Se eles conseguem avançar sobre a democracia e sobre entidades como a UNE, os sindicatos e partidos, vai estar aberto o caminho para, por exemplo, aprovar a entrega do pré-sal para as multinacionais - prejuízo gigantesco para a educação. São os mesmos que planejam ambos os ataques.

Os jovens estão entendendo o que está em disputa, e muitos escolhem um lado. Ao longo do ano de 2015, com o Partido dos Trabalhadores sob ataque constante do judiciário e da mídia, mais

de 10 mil jovens, com idades entre 16 e 29 novos, decidiram se filiar ao PT.

No dia 4 de março, data da condução coercitiva de Lula, também houve muitos jovens que se somaram à militância das organizações dos trabalhadores que responderam imediatamente à necessidade de mobilização. No ato na Quadra dos Bancários, em São Paulo, a Juventude Revolução, por exemplo, se organizou rapidamente para ter uma boa participação.

Manifestações

A UNE está convocando os estudantes para os atos de 18 e 31 de março. Mas a direção da entidade (UJS) publicou um folheto de convocação que deliberadamente esconde uma série de pautas que foram aprovadas em sua última reunião de diretoria plena, no dia 29/02. Sumiu por exemplo a exigência de fim do ajuste fiscal, que foi aprovada após emenda da diretora da JR. Também desaparecem o problema da reforma da previdência e da lei anti-terrorismo - tudo isso havia sido posto na resolução de conjuntura. A UJS, desrespeitando a direção da entidade, quer falar apenas da defesa do golpe, como se a possibilidade do impeachment não fosse grande justamente por causa da política adotada pelo governo.

Lula ministro, e agora?

A ofensiva das forças reacionárias se intensificou depois que o Diretório Nacional do PT decidiu apresentar a Dilma um Programa de Emergência, na contramão do ajuste exigido pelo imperialismo, política que seu governo aplica e que impõe um brutal sacrifício às massas trabalhadoras.

É nessa conjuntura, com a burguesia combatendo o Programa do PT, que no dia 4 de março o juiz Moro revelou o verdadeiro caráter da Lava Jato, extrapolando os limites, com a condução coercitiva de Lula.

A Operação Lava Jato visa desmoralizar e destruir as organizações dos trabalhadores, a começar pelo PT, e conduzir o país à situação em que se derrote a resistência às medidas, como reforma da previdência, flexibilização na legislação trabalhista, entrega das riquezas nacionais, a começar pelo pré-sal, entre outras. É verdade que Dilma vem aplicando o ajuste fiscal contra o mandato que lhe foi dado nas urnas. Mas, é verdade também que a profundidade e a rapidez exigidas pelo capital financeiro não podem se realizar diante da resistência da base social que a elegeu. Por exemplo, tudo indica que Dilma não conseguirá realizar seu objetivo, anunciado em alto e bom som, de enviar até abril ao Congresso Nacional o projeto de reforma da previdência. A resistência das organizações sindicais e do PT emperrou o ritmo planejado.

Essa resistência guarda toda relação com

o que se viu no dia 4 de março, quando a militância do partido reagiu prontamente em defesa de Lula e do PT.

E o fundo é que, na aguda situação da luta de classes no Brasil, a classe trabalhadora - em que pese a ofensiva da direita e as lambadas que tomou do governo que elegeu - não está

NOMEAÇÃO DE LULA DEVE SERVIR À APLICAÇÃO DE MEDIDAS A FAVOR DO POVO

derrotada. Não está derrotada, e com suas organizações estará disposta a se levantar e apoiar a guinada que se exige na política econômica do governo, em benefício das amplas massas, única saída para a fragilização brutal na qual o governo se encontra.

No fechamento dessa edição, uma nova situação se abria com a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. Não porque ganhou foro privilegiado no STF para "escapar" de Moro. Até porque as arbitrariedades de Moro têm tido cobertura do STF.

A questão é que Lula, criticando a posição do ministro Nelson Barbosa, que insiste no ajuste, declarou que "parece que todo mundo que entra nesse governo vira Levy".

O que é realmente um problema, pois a profundidade da crise e a fragilização do

governo Dilma começou a se desenhar com a nomeação de Levy - e aí a responsabilidade não foi só de Dilma e com a implementação das medidas de ajuste que trouxeram os milhões de desempregados, os cortes nos serviços públicos e a retirada de direitos num ataque frontal às massas trabalhadoras.

A situação nova, aberta com a nomeação de Lula, vai significar para a classe trabalhadora uma nova e melhor situação? A resposta a isso, por atos e não só palavras, é decisiva.

O Programa de Emergência do PT aponta medidas nessa direção, como a forte redução da taxa de juros, a utilização das reservas internacionais para um Fundo Nacional de Desenvolvimento e a retomada da reforma agrária, entre outras.

Nenhuma ilusão de que acenos e acertos com os partidos e instituições golpistas possa apaziguar seus ânimos. Fernando Henrique Cardoso, um dos caciques do PSDB, diante da nomeação de Lula: reagiu "você não pode dirigir esse país sendo analfabeto. Não dá". O que não dá mais é aguentar essa elite reacionária querendo impor sua política!

Medidas econômicas a favor do povo trabalhador podem virar o jogo e levantar sua força organizada para defendê-las, e defender ao governo, derrotando os reacionários pró-imperialistas.

DESEMPREGO 1

O Brasil fechou o ano de 2015 com uma taxa de desemprego média de 8,5%. Sendo que o último trimestre atingiu 9%. São 8,6 milhão procurando emprego, o que representa um aumento de 27,4% na comparação com 2014, quando eram 6,7 milhões, segundo a pesquisa (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O número de pessoas com trabalho ficou estável, em 92,1 milhões. O que ocorreu, portanto, foram duas mudanças:

(1) houve uma substituição de 1,7 milhões de empregos com carteira assinada por postos informais, sem carteira assinada, e tal informalização levou a queda salarial das famílias.

(2) isso empurrou quase 2 milhões (em geral jovens) a iniciarem procura por emprego.

DESEMPREGO 2

Considerando apenas o quarto trimestre do ano de 2015, o número de desempregados foi de 9,1 milhões de pessoas, segundo o IBGE.

O resultado ficou estável na comparação com o terceiro trimestre. Na comparação com os três últimos meses de 2014, no entanto, saltou 40,8%, com 2,6 milhões de pessoas a mais

procurando emprego.

O nível de desemprego, somente no quarto trimestre, foi de 9% - maior patamar desde que a pesquisa começou, em 2012.

CHANTAGEM PATRONAL

A montadora General Motors disse a seus funcionários da fábrica de São Caetano do Sul, no ABC Paulista: ou aceitam o congelamento dos salários neste ano, ou demitiremos mil trabalhadores já no próximo mês. Em abril, termina o prazo de layoff (suspensão temporária de contratos) de 1,2 mil trabalhadores dessa unidade da GM no Brasil. A patronal propõe que a inflação seja paga em forma de abono, não incorporada aos salários. Em 2017, o mesmo, mas com 50% da indexação sendo incorporada aos salários.

A empresa também quer reduzir de 30% para 20% o pagamento de adicional noturno. A empresa propõe ainda acabar com a cláusula de estabilidade para novos funcionários que adquirirem doenças profissionais. Sacrifício aos trabalhadores para salvar a queda do lucro da empresa, em função do fato de que, no primeiro bimestre, as vendas totais caíram 31% se comparado ao mesmo período de 2015, ou seja, para 302 mil veículos.

Memória

COM RECEIO DO PT, BURGUESIA CRITICA LULA

Depois de passar três anos cortando Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e a principal liderança sindical comprometida com o movimento pró-PT, a classe dominante e sua imprensa mudaram de tom. Alguns exemplos: "(...) há também lideranças sindicais que, comprometidas com movimentos partidários, agem retoricamente em defesa dos interesses dos trabalhadores mas na realidade buscando o confronto com o governo para dele tirar vantagens eleitorais". (Editorial de O Estado de S. Paulo, 20/3/1980). "Esta de afirmar que 'os patrões acabarão por implorar de joelhos um acordo' é coisa de Libelu". (Folha de S. Paulo, 19/3/1980, referindo-se ao discurso de Lula na assembleia no Estádio Vila Euclides).

O Trabalho nº 53 - 25/3/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Começou a greve nacional da CNTE

Trabalhadores em educação mobilizam-se em todo o país

É na grave situação de crise atravessada pelo Brasil que começou a mobilização convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entre os dias 15 e 17 de março.

Houve manifestações em Alagoas e Goiás. Em São Paulo se realiza uma Conferência Popular da Educação, unificando professores, pais e estudantes na luta contra a reorganização e o roubo de merenda pelo governo tucano de Alckmin.

Na região metropolitana de São Luís (MA), segundo o Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Ensino, todos os docentes aderiram ao movimento. No interior, o índice de adesão é de 80%.

Em Minas Gerais realizou-se assembleia estadual, com paralisação total de atividades nas escolas. Em



Professores se manifestam em favor do Piso

Pernambuco a rede estadual de ensino paralisou 60% das escolas desde 15 de março, sendo 50% do interior e 70% na região do Recife.

As reivindicações levantadas nessa mobilização nacional se chocam com a política de ajuste fiscal, que estrangula os orçamentos com queda da arrecadação.

Mesmo o limitado Piso Nacional de R\$ 2135,64 para professores com nível médio (fixado com base no reajuste de 11,36%, 0,69% acima da inflação) não é cumprido por muitos prefeitos e governadores, que além de se recusar a pagá-lo ainda parcelam salários.

É o mesmo ajuste fiscal que serve de pretexto para que não se pague o

Piso que está na base da entrega, em Goiás, de 300 escolas públicas para Organizações Sociais (OSs.) e de 26 escolas para PM; ou, em São Paulo, a “reorganização” das escolas que já fechou mais de 1.300 salas de aula.

A greve e mobilização nacional dos trabalhadores em educação ocupa o seu lugar nos combates que a classe trabalhadora vem fazendo em defesa do emprego, dos salários e de melhores condições de trabalho, devendo somar-se à mobilização encabeçada pela CUT em defesa da democracia, contra o golpe, contra a política de ajuste fiscal e em defesa do conjunto dos direitos sociais e trabalhistas ameaçados pela ofensiva da direita golpista em nosso país.

Nelson Galvão

Greve em Florianópolis

Servidores municipais enfrentam truculência do prefeito



Servidores municipais de Florianópolis em greve

A greve dos servidores municipais de Florianópolis (SC) teve início no dia 2 de março com mais de quatro mil trabalhadores, reunidos em assembleia, votando pela paralisação. São dois meses da data base e o prefeito Cesar Souza Jr (PSD) não demonstra disposição em negociar as reivindicações. Na pauta dos grevistas estão questões como: reposição salarial, concurso público, melhoria nas condições de trabalho e do trabalhador, defesa da previdência pública e solidária, contra as privatizações, que o dinheiro público seja para o serviço público e 40% de hora atividade para o magistério. A greve atinge todos os setores da prefeitura.

O movimento segue forte apesar da intransigência e truculência do governo, que usa todos os métodos para intimidar os grevistas. No dia 10 de março, uma passeata, que levou mais de 5 mil trabalhadores às ruas de Florianópolis para exigir abertura de negociações, foi reprimida pela Guarda Municipal que usou spray de pimenta contra os manifestantes e vários tiveram que ser atendidos pela ambulância por conta da falta de ar. Mas os trabalhadores não se intimidaram, mantiveram a greve e exigem reunião da mesa de negociação.

Para Marina Fuchs, da comissão de negociação, “vamos manter a greve até o governo abrir negociações, não vamos nos intimidar”.

No dia 15 de março, os trabalhadores da Comcap (empresa de coleta de lixo) entraram na greve, pois o governo vem recolhendo e não depositando o Fundo de Garantia e INSS. Os trabalhadores seguiram em passeata para a prefeitura e câmara municipal, pedindo apoio dos vereadores para abertura de negociações, pois o prefeito não mostra disposição de negociar. A entrada dos trabalhadores da Comcap na greve é um reforço para o movimento. Esses trabalhadores têm data base separada, pois o governo sempre aposta na divisão.

O secretário de Administração e da Fazenda caíram e o adjunto assumiu dizendo que não conhece a pauta de negociações. O Sintrasem (sindicato da categoria), a comissão de trabalhadores e vereadores foram recebidos pelo novo secretário. No fechamento desta edição ocorria reunião com o novo secretário.

Correspondente

Rejeitada acusação contra dirigente sindical do DF

Denúncia por “desacato” contra vice-presidente da CUT não prosperou



Meg, na primeira foto, no centro; Ao lado, assembleia de professores depois da repressão policial

Num revés para a política de criminalização dos movimentos sociais, o Primeiro Juizado Especial Criminal de Brasília, em audiência no dia 15 de março, determinou o arquivamento do inquérito aberto pela Secretaria de Segurança Pública do governo Rolemberg (PSB) contra a vice-presidente da CUT e diretora do Sinpro-DF, Meg Guimaraes, e o diretor do Sinpro-DF, Gabriel Magno.

Ambos, ao lado de outros sindicalistas, haviam sido agredidos e presos pela polícia de choque do DF (Bope) durante uma manifestação pacífica de professores em greve, em 28 de outubro de 2015.

A resposta da categoria, dois dias depois, foi a realização de uma das maiores assembleias já vistas no DF, com 12 mil pessoas, e o reforço da greve que terminou arrancando do governo Rolemberg (PSB) uma vitória parcial.

Para cobrir a truculência policial, denunciada pelos mais diversos sin-

dicalistas e parlamentares, a polícia registrou um boletim de ocorrência pedindo o enquadramento de Meg e Gabriel nos crimes de “desacato à autoridade” e “resistência à prisão”.

Na audiência judicial, o próprio promotor do MP-DF declarou que a atitude dos sindicalistas não tipificou os crimes dos quais foram acusados e a juíza responsável decidiu pelo arquivamento da denúncia por “ausência de justa causa”.

Em nota em que comemora essa decisão judicial, o Sinpro-DF lembra que ainda há outros sindicalistas presos no mesmo episódio que terão que comparecer perante a justiça e conclui afirmando que “o arquivamento da ação contra os diretores do Sindicato é uma vitória contra a tentativa de criminalização dos movimentos sociais, que lutam pelos direitos dos (as) trabalhadores (as)”.

Edison Cardoni

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



GRUPOS DE BASE PREPARAM ENCONTRO NACIONAL

Reuniões designam delegados para a atividade em São Paulo

O Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista acontece dias 19 e 20 de março, na sede nacional do PT em São Paulo, com a presença de delegados eleitos pelos Grupos de Base do DAP em todo o país. Até dia 13, várias reuniões haviam ocorrido em diferentes estados, reunindo a base petista. Outras ainda irão ocorrer até a véspera do encontro.

O Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista acontece num momento em que há uma escalada da movimentação golpista, inclusive com o aumento dos ataques às organizações dos trabalhadores. Mas o momento é também de degradação das condições de vida da população, provocada pela política de ajuste fiscal do governo Dilma.

Nessa situação muito grave, os trabalhadores, e particularmente, os militantes mostram a única saída para a

crise: ir para as ruas, combater o golpe, defender os direitos dos trabalhadores e suas organizações.

As reuniões dos grupos de base do DAP e o Encontro Nacional são um ponto de apoio importante para este movimento. As reuniões têm analisado a situação política, debatido e aprovado ações concretas, dentro do PT e junto à CUT, sindicatos e movimentos sociais, de defesa de Lula, do PT e dos direitos.

Reuniões como a do Campo Limpo (capital paulista), onde os participantes entendem a importância da candidatura de Lula a presidente em 2018 e dispõem-se a participar e organizar as manifestações de 18 e 31 de março e reagem a afirmações “muito negativas”, como a de Valter Pomar (Articulação de Esquerda), que duvida da capacidade do PT, da CUT e dos movimentos sociais organizarem

uma grande manifestação no dia 18.

Assim, também a reunião do grupo de base de Cruz das Almas (Bahia), que aprova várias iniciativas de intervenção no PT, nos servidores das universidades e no movimento dos trabalhadores da educação, inclusive com a proposta de criação de um comitê em defesa da educação pública, dos direitos democráticos e contra o ajuste fiscal. Ou como em Ribeirão Preto (SP), onde, diante da epidemia de dengue, o grupo de base decide criar um comitê em defesa da saúde pública (ver matéria nesta página)

O grupo de base da Vila Maria, também em São Paulo, tomou medidas concretas para a participação no ato de 18 de março, envolvendo o Diretório Zonal na convocação de entidades populares, estendendo o chamado aos trabalhadores imigrantes da região e levando o

chamado para vários bairros.

A participação dos delegados no Encontro Nacional do DAP é autofinanciada, por meio da contribuição do “cafezinho” (que retoma a história do PT), ou com outras atividades. A luta e a organização dos trabalhadores deve ser bancada pelos próprios trabalhadores.

A mesa de abertura do encontro, que vai contar com a participação de convidados, dirigentes partidários e sindicais identificados com outras correntes do PT, deve dar os elementos para aprofundar a discussão sobre a situação política e as tarefas que temos pela frente. Desde sua preparação, o Encontro Nacional deverá servir, também, para reforçar o processo de organização do Diálogo e Ação Petista, o que foi defendido em todas as reuniões dos grupos de base.

COMITÊ EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Frente à grande incidência da dengue, petistas decidem agir

O Grupo de Base do DAP de Ribeirão Preto (SP), reuniu-se dia 11 com a presença de 15 militantes. A reunião elegeu 3 delegados para o 2º Encontro Nacional do DAP, nos dias 19 e 20 de março, em São Paulo. Todas as falas reforçaram a necessidade do PT reatar com sua base social e do governo Dilma passar a governar com base na plataforma que a elegeu em outubro de 2014.

Os presentes também debateram a proposta de lançar um comitê em defesa da saúde pública, que será levada

aos sindicatos, entidades e movimentos sociais. A razão é a péssima situação da saúde pública no interior paulista. Só em Ribeirão Preto já foram registrados, até 15 de fevereiro, 27 mil casos de dengue, que podem chegar a 60 mil até junho (1 para cada 11 habitantes do município).

A terceirização e os cortes de recursos para a saúde e o saneamento tornaram a epidemia de dengue e zika inevitável. Os postos de saúde estão superlotados. Enquanto isso, o lixo, cuja coleta é terceirizada, acumula-se nas ruas e praças.



Foto: G.J. Ribeirão Preto

Caos no sistema de saúde municipal entregue às Organizações Sociais em Ribeirão Preto (SP)



FORTALEZA

Também em Fortaleza, capital do Ceará, PT, CUT, sindicatos e movimentos sociais foram às ruas numa grande carreata para se contrapor aos golpistas e em defesa dos direitos dos trabalhadores. O cartaz do Diálogo e Ação Petista teve grande receptividade, tendo sido colado por vários motoristas.



PORTO ALEGRE

Um expressivo ato contra o impeachment e em defesa de Lula, do PT e dos direitos sociais foi realizado em Porto Alegre, convocado pelas organizações dos trabalhadores no mesmo dia 13 das manifestações golpistas. O Diálogo e Ação Petista teve presença importante, com faixas e pirulitos próprios.

Ditadura do Judiciário!

É preciso chamar as coisas pelo nome

Cresce a ameaça aos direitos democráticos pelo agigantamento do poder Judiciário.

Na divisão formal dos três poderes da República - Legislativo, Executivo e Judiciário - este último está extrapolando. É verdade que ele se apóia na falência do desmoralizado Congresso Nacional, assim como no fracasso do governo Dilma de "coalizão" que frustrou os eleitores do PT.

Mas, hoje, o Judiciário se dá direitos que não tem, como o show da "condução coercitiva" de Lula que não se recusara a depor, decisão do juiz Moro do Paraná sobre a qual o STF cúmplice silenciou.

Ou o absurdo pedido de "prisão preventiva" por três procuradores paulistas, onde citam "Marx e Hegel" (confundido este filósofo com o dirigente socialista Engels) - os honestos procuradores compraram seu diploma de direito? - para encarcerar Lula por "crime de incitação contra o Judiciário". E o STF cala, protegendo-os, como quando na ditadura dos militares que consideravam a opinião um crime de incitação.

Está claro que o Judiciário vem se sobrepondo aos demais poderes.

Nas palavras de um juiz do STF que ousou falar, Marco Aurélio Mello (Valor 07/03): "O país está desprovido de segurança jurídica para a quadra delicada que atravessa. Se o Supremo não exercer autocontenção, onde vamos parar?"

De fato, o judiciário legisla no lugar do legislativo, põe e dispõe sobre questões cuja decisão é do âmbito do Congresso, ou "negocia" condições de decisões do Executivo.

Malandro, ele tempera a sua imagem com sentenças simpáticas que não são decisivas (minorias, anencefálicos etc.), para se fortalecer nas questões-chave. Decide o número de partidos, o rito parlamentar e, agora mesmo, desenterrou o semi-parlamentarismo para tentar amoldar uma "saída" para a crise política!

Incontrolável, pretendo poder "moral", age como se tivesse direitos suplementares.

Bonapartismo jurídico

O judiciário tenta construir uma aparência política neutra, atacando todos partidos, judicializando a própria política com apoio da mídia e o conluio patronal, como se viu no último dia 13 (v. pág.8). Não é realmente surpresa os políticos de carreira do PSDB e outros serem enxotados da rua. Colhem o que plantaram.

A verdade é que os vazamentos ilegais e a nova indústria da delação

premiada atacam cuidadosamente, em doses dirigidas e cronometradas, o alvo central que é o PT.

Para que, uma vez liquidado, possam jogar-se sobre o conjunto das organizações sindicais, populares e democráticas.

É para chegar nisso, a pretensão de arbitrar "acima das classes" - o que Karl Marx chamou de "bonapartismo", da experiência autoritária do Bonaparte francês. Não é novo na terra, é enganoso e muito perigoso. Constrói, na verdade, um poder arbitrário fora de qualquer controle democrático. "A pior ditadura é a ditadura do Judiciário", disse o mesmo Marco Aurélio Mello.

"Moropartismo"?



Juiz Sérgio Moro

O "herói" construído agora é o juiz Moro.

Se dá ao direito de emitir uma nota pública para capitalizar o dia 13, na intenção de construir uma base social própria para suas ambições futuras: "Fiquei tocado pelo apoio. Importante que as autoridades eleitas e os partidos ouçam a voz das ruas"... mas quem lhe perguntou? Juiz não "fala nos autos"? Não nessa safra!

Moro é muito mais que o predecessor, Joaquim Barbosa da época da Ação Penal 470 ("mensalão"), que preparou as condições para a atual ofensiva da Operação Lava-Jato. Aquela visava a cúpula do PT. Esta agora visa o PT, Lula, o governo Dilma e os direitos democráticos - aponta uma nova ordem, um novo regime, ditatorial, "moropartista".

Nessa nova ordem, PMs armados de metralhadora já entram numa plenária do PT na subsede do sindicato de metalúrgicos de Diadema, cercado por viaturas, a pretexto de se informar sobre uma manifestação em favor de

Lula. Para intimidar! Com o mesmo pretexto, uma viatura e um tenente interpelam o presidente do Diretório Regional de SP. Para intimidar!

É o direito de reunião, constitucional, que está sendo violado, e nem sequer há "estado de sítio". Nenhum procurador, nem o STF estranharam! Enquanto isso, ataques covardes encobertos agridem sedes da CUT, do PT, da UNE e do PCdoB - ninguém é punido, se é que há investigações.

O nome do jogo: Lava Jato

O "mercado", o capital financeiro internacional, sabe que, com sua organização atual, os trabalhadores brasileiros não engolirão a reforma da previdência, a quebra da lei do salário mínimo ou a desobrigação das despesas sociais.

É para executar este seu programa que se dispõe a tirar Dilma, se não lograrem um acordo sustentável com as principais forças de seu governo para aplicá-lo.

É para isso, e não para outra coisa, a Operação Lava-Jato! Não tem nenhuma intenção "republicana".

O fato de grandes empreiteiros chegarem a ser detidos só prova até onde estão dispostos a ir: esquarterar um setor da economia nacional que será ocupado por multinacionais tão ou mais corruptas, e quebrar a Petrobras para satisfação das petroleiras predadoras estrangeiras.

Wall Street aplaude os apóstolos dessa moral.

Outra coisa é que tem gente, sobretudo classe média, inclusive na extrema-esquerda, que acredita nas intenções dos procuradores e juizes.

Para virar o jogo, é preciso falar claro!

A direção do PT custou quase dez anos para entender o verdadeiro objetivo da AP 470. Depois de dois anos de Lava-jato, na cúpula do PT, ainda se fala que a Lava-jato começou bem, mas tem "desvios".

A responsabilidade da direção do PT

BUNKER DAS ELITES

O Poder Judiciário se reforça desde o fim do regime militar (1964-85), com o qual estava comprometido e não prestou contas. O STF deu posse a todos generais-presidentes, mandou, por exemplo, prender um deputado que criticou Pinochet etc.

E, de fato, foi o poder de Estado menos tocado na dita "redemocratização". É quem protege o aparelho policial-militar intacto, as PMs e o resto, convalidando até hoje a asquerosa lei de auto-anistia dos militares.

Na verdade, o Judiciário nunca faltou à classe dominante brasileira. Chegaram a depor Presidentes e até fechar o Congresso, mas, diferente de países vizinhos, aqui o Judiciário sempre lhe permaneceu fiel.

Na mal-chamada Constituinte de 1986-88, não foi reformado, ganhou poder e ainda o reforço das competências do Ministério Público (os procuradores), utilizando a Polícia Federal como sua guarda especial.

Goza de privilégios e verbas dos quais não presta contas, sem comparação na República!

A superação democrática das instituições corruptas do Estado, através de uma verdadeira reforma política feita numa Constituinte Soberana, reformará de cabo a rabo o aparelho falsamente "meritocrático" da justiça, aprisionado pela classe dominante com a qual se confunde (juizes são empresários, donos de faculdade, grandes bancas etc.)

é reconhecer a realidade da Lava Jato. É necessário para a defesa mais eficaz das organizações populares, ameaçadas pelo golpismo alavancado pelo Judiciário.

Markus Sokol



PM invade Sindicato Metalúrgicos durante plenária de petistas

A militância protagonizou a reação em 4 de março

De forma espontânea, os petistas saíram a campo para defender Lula e o PT

A militância petista, no dia da condução coercitiva de Lula para depor na Polícia Federal, de maneira espontânea, começou a se manifestar em frente à casa de Lula, da sede nacional do PT e no aeroporto de Congonhas, onde Lula foi levado para depor.

Esta disposição da base partidária, inclusive, foi determinante para a convocação do ato na Quadra do Sindicatos dos Bancários em São Paulo, que ficou lotada, muitos ficaram do lado de fora.

Em 4 de março, a militância não esperou nenhum chamado para sair a campo. Sedenta para defender seu partido, desde que começou, via o Judiciário, a ofensiva contra o PT, com a Ação Penal 470.

Sem entrar em especulação sobre até onde pretendia ir Sérgio Moro, o justiceiro da Lava Jato (pag. ao lado), é evidente que a reação da militância que recebeu

com a paralisa da direção diante da ofensiva via judiciário, simpatizantes do partido – muitos inclusive se filiando nesse dia – foram protagonistas na defesa do PT e de Lula, no dia 4 de março.

Desde então, numa reação positiva a esse protagonismo, reuniões e plenárias começaram a ser marcadas em vários diretórios pelo país afora.

A reação da militância petista, que durante o ano de 2015 juntou-se às manifestações protagonizadas pela CUT contra o ajuste fiscal, petistas ligados às lutas dos trabalhadores, foi uma demonstração que a ofensiva contrarrevolucionária não conseguiu, como pretende, impor uma derrota à classe trabalhadora, destruindo suas organizações. A militância que está, a justo título, resabiada com o partido em função da política de sua direção, não titubeou. O jogo pode ser



Aeroporto de Congonhas, 4 de março

que desnatura o partido.

É com a militância, e a partir desta com a classe trabalhadora, que o PT, em unidade com todos os setores democráticos, comprometidos com os interesses dos trabalhadores e a democracia, pode fazer frente à ofensiva reacionária a serviço do imperialismo.

E de cima para baixo, do governo federal aos estaduais e municipais do PT, é preciso reatar com os interesses representados pelos que elegem o PT. Como disse um militante numa plenária em Minas Gerais, a política do governador Fernando Pimentel, de “não negociar com os servi-

dores, de dizer que não vai pagar o piso acordado com os professores”; ou como dizem os petistas, servidores municipais de São Paulo, “a decisão do prefeito Haddad, de apresentar um vergonhoso aumento de 0,01%”, vai contra a base social que o PT está chamado a mobilizar para derrotar os golpistas.

Misa Boito



Montes Claros, 13 de março

Essa peteca não pode cair!

Proposta do PT, contra o ajuste fiscal, vai em direção às necessidades do povo

Vários setores da burguesia vieram a público para atacar o Programa Nacional de Emergência, adotado pelo Diretório Nacional do PT de 26 de fevereiro. Mesmo que ainda seja um programa incompleto, pois não acaba com o superávit fiscal primário, por exemplo, suas 22 medidas vão no sentido inverso do ajuste fiscal exigido pelo imperialismo. Não é casual que a ofensiva reacionária tenha se intensificado depois dessa decisão.

Em referência direta ao Programa Nacional de Emergência, o presidente da Firjan (Federação da Indústria do Rio de Janeiro), Govêa Vieira, em matéria intitulada “O PT ‘drogou’ o país com o consumo”, publicada pelo jornal Valor Econômico, afirmou que: “O Brasil está numa encruzilhada, com dois caminhos pela frente: seguir o exemplo dos países que tiveram sucesso e concorrer para voltar a ser a quinta maior economia do mundo ou trilhar a rota da ‘identificação com as republiquetas’, com esse projeto que o PT está anunciando, rapidinho iríamos por esse caminho”. Ainda segundo o jornal, o presidente da Firjan “vê na implementação do programa ‘Ponte para o Futuro’ do PMDB a solução para o reequilíbrio fiscal” (10/03).

O DN-PT decidiu convocar plenárias do partido para discutir, popularizar e

melhorar o Programa de Emergência. É o que deve ser feito. Afinal, é o que exigem as organizações dispostas a defender o PT, Lula, os direitos dos trabalhadores e a democracia: que o governo Dilma ponha fim no ajuste fiscal, em benefício da maioria oprimida do país.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA

Entre as 22 medidas propostas pelo PT, estão:

- Forte redução da taxa básica de juros como elemento fundamental para diminuir o déficit nominal da União, aumentar o investimento público, impedir a apreciação cambial, baratear o crédito e incentivar a retomada do crescimento.

- Utilização de parte das reservas internacionais para um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, destinado a obras de infraestrutura, saneamento, habitação, renovação energética e mobilidade urbana.

- Ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida

- Retomada da reforma agrária, com prioridade imediata à distribuição de terras para trabalhadores acampados.



Sede do PT em São Paulo, 4 de março

Lula, na sede nacional do PT, onde deu a entrevista coletiva, pesou no desdobramento dos acontecimentos.

Militantes antigos que haviam se afastado do partido, militantes que participam do que ainda resta de vida nas instâncias partidárias, militantes inconformados

revertido. As decisões da última reunião do Diretório Nacional do PT, em especial o Programa de Emergência, contra o ajuste fiscal e que propõe outra política econômica (ver abaixo), concorrem nessa direção. Um passo que pede outros. Entre eles, livrar o PT da política de alianças

MENSAGEM INTERNACIONAL

A Coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AclIT) reunida em Paris, nos dias 12 e 13 de março, aprovou uma moção: “...foi informado pelos companheiros brasileiros da ofensiva em marcha contra as organizações sindicais, como a CUT, contra partidos políticos que se reivindicam dos interesses da classe trabalhadora, particularmente o PT, contra a UNE, o MST e outras organizações operárias e populares no Brasil (...). Os ataques contra essas organizações de luta do povo brasileiro ganharam maior intensidade desde que, na manhã de 4 de março de 2016, a polícia federal deteve o ex-presidente do Brasil, Luiz Ignácio Lula da Silva, um dos fundadores do PT e também da CUT (...). Trata-se de um ato sem precedentes que pisoteia os direitos civis e democráticos (...) Nós, Coordenação do AclIT, pedimos a todas as organizações e militantes que se identificam conosco a tomarem posição contra essa ofensiva e em defesa das organizações operárias e populares do Brasil, enviando mensagens à CUT (e-mail: sri@cut.org.br) com cópia ao AclIT

*Presentes na reunião de 12 e 13 de março em Paris os seguintes membros da Coordenação do AclIT: Louisa Hanoune (PT da Argélia), Salah-Salah (Conselho Nacional Palestino); Lybon Mabasa (SOPA da África do Sul); Julio Turra (da CUT Brasil); Patrick Hebert (da CGT-FO da França); Jordi Salvador (deputado da Esquerda Republicana, Espanha); Dan Moutot e Joufré (POI França), Tetevi Gbikpi-Benissan (sindicalista do Togo) e Gothart Krupp (do Ver.di Alemanha).

Manifestações de 13 de março: feitas sob medida para o golpe!

Chamadas pela mídia e a oposição, financiadas por empresários e ONGs

É certo que as manifestações de 13 de março reuniram muita gente em todo o Brasil, em particular no Rio e São Paulo. Elas foram antecedidas (e preparadas) pela ilegal detenção de Lula em 4 de março, por uma escalada de pixações e ataques a sedes do PT, da CUT, da UNE e de outros partidos, sindicatos e movimentos, pelo bombardeio diário da mídia sobre as delações premiadas da Lava Jato e a prisão do marqueteiro João Santana.

Tão certo como o fato de que o povão não compareceu e que a esmagadora maioria dos participantes eram do “andar de cima” da sociedade. O próprio Datafolha – ligado ao jornal que também apoiou o 13 de março – concluiu que os manifestantes do ato da Avenida Paulista (o maior de todos) têm “renda e escolaridade muito superior à média”.

Em sua grande maioria brancos e da classe média alta para cima, eles destilaram ódio ao PT, a Lula e pediram o impeachment de Dilma. Uma minoria pedia a volta dos militares e

dava vivas a Bolsonaro, outros davam demonstrações explícitas de racismo e desprezo aos pobres (“que só servem para eleger políticos corruptos”, dizia uma faixa em São Paulo), todos faziam do juiz Moro o seu herói.

Convocado por partidos de oposição, como o PSDB e o DEM, por setores do PMDB, por igrejas evangélicas e entidades empresarias em todo o país, em várias capitais os atos registraram hostilidade a parlamentares e políticos presentes. Em Salvador, o deputado Aleluia (DEM) quase foi atingido por uma garrafa quando discursava; em São Paulo, Aécio e Alckmin saíram correndo sob gritos de “oportunistas”. Até o “japonês da Federal” (condenado por corrupção, diga-se de passagem) tinha mais cartaz entre os coxinhos do que políticos da oposição oficial.

Ao escolher a Lava Jato como instrumento central para atacar as organizações que sustentaram as vitórias eleitorais de Lula e Dilma, em particular o PT (inclusive explorando os seus erros), os setores pró-imperialistas da burguesia e seus anexos acabaram criando o terreno para um estado de exceção que pisoteia garantias individuais e coletivas, uma ditadura do Judiciário (ver pag. 6)

Onde estava o povão?

Enquanto os jornalões brasileiros e as redes de TV davam cobertura aos



13 de março na Paulista, homenagem à Operação Lava Jato

atos nas áreas nobres ou centrais de grandes cidades, correspondentes estrangeiros foram à periferia de São Paulo e morros do Rio para saber o que pensava o “andar de baixo”. Encontraram um povo sofrido, preocupado com o desemprego e a crise econômica, decepcionado com o governo Dilma por ter feito o contrário do que prometeu, mas sem demonstrar qualquer simpatia aos atos dos “ricos”.

Um morador do Morro Pavão-Pavãozinho no Rio, ouvido por jornalista alemão (“Deutsche Welle”),

declarou: “Eu via no prédio onde trabalho. Todos os ricos foram. E rico não gosta do PT e de pobre. Rico só gosta do trabalho dos pobres”.

A decepção com o governo Dilma e com o PT, que é real, não empurra os setores populares para a opção golpista. Reconquistar o apoio do povo trabalhador é a chave para barrar o golpe, e para tanto se impõe um “cavalo de pau” na política econômica do governo.

Por fim, no 13 de março houve em Porto Alegre um ato na Redenção (os coxinhos fizeram o seu no outro lado da cidade) que agrupou milhares contra o golpe e em defesa de Lula, do PT e dos direitos dos trabalhadores. Centenas de militantes se concentraram também diante da residência de Lula em São Bernardo. Mas a mobilização contra o golpe e a ditadura do Judiciário será dada de forma maciça em 18 de março. Todos às ruas!

Lauro Fagundes

ONGS DOS EUA FINANCIAM GOLPISTAS

OMBL e outros grupos que convocam os atos pelo impeachment são financiados basicamente por ONGs estadunidenses. As mais visíveis são a Atlas Network e a Students for Liberty. Esta última está presente em nações que passam ou passaram por crises políticas, como a Ucrânia e a Venezuela, onde o grupo ajudou a organizar atos contra o governo Maduro. Mas há outras, como Cato Institute, Fundação John Templeton e fundações da família Koch, em geral vinculadas a grandes empresas dos EUA.

A Estudantes pela Liberdade (EPL), filial brasileira da Students for Liberty, confunde-se com o MBL. Para continuar a receber verbas dos EUA, já que a legislação estadunidense proíbe doações para ativistas políticos, os integrantes da EPL criaram a “marca” MBL, onde atuam como “pessoas físicas”. Em reportagem da Agência Pública, de 2015, o presidente da Atlas Network, Alejandro Chafuen, disse, em relação aos membros do EPL: “Damos a eles programas de treinamento, tentamos apoiá-los financeiramente”. Dados oficiais indicam que a Atlas investiu, somente em 2013, quase US\$ 3,4 milhões na América Latina

PSTU e setores do PSOL preferem a companhia da direita?

Esquerdismo infantil entra no jogo golpista da ditadura do Judiciário

Todo trabalhador consciente, mesmo o mais feroz crítico de Dilma e da direção do PT, é capaz de ver que a ofensiva para depô-la e destruir esse partido é comandada pelo imperialismo, visando abrir caminho para entregar o Pré-sal às multinacionais, triturar os direitos sociais e destruir as organizações dos trabalhadores.

Mas o PSTU e setores do PSOL insistem numa aliança tácita com a direita pró-imperialista para ajudar a destruir (ou deixar destruir) o PT.

Para o PSTU, o 13 de março não foi de golpistas e, sim, “uma das maiores manifestações de rua da história”, ilustrando a frase com foto panorâmica da Avenida Paulista, na qual são legíveis apenas dois cartazes: “Fora PT” e “Lava Jato Lava nossa alma”.

Para justificar o seu apoio à Lava Jato, o PSTU diz que os atos do dia 13 “tiveram majoritariamente um cunho anti-corrupção, anti-governo”. A consequência é orientar a “sua” central sindical (CSP-Conlutas) na linha de “não basta avançar na investigação sobre Lula, é preciso apurar também as falcatruas do PSDB, PMDB, DEM”. Faixas com dizeres similares apareceram nas mãos de coxinhos no dia 13.

O PSOL, por sua vez, em nota oficial, dá razão à ilegal condução coercitiva de Lula dizendo que “representa um momento de declínio acelerado do PT”. E repete o mantra de qualquer jornalão: “a corrupção não começou com o PT: ele se apossou da expertise dos partidos conservadores”.

O PSTU e setores do PSOL negam-

se a participar da luta contra o ajuste fiscal, em defesa da democracia e dos direitos promovidas pela CUT, CTB, MST, UNE, por partidos como o PT e PCdoB, e outras entidades, pois ao combater o golpe essas entidades estariam do lado do governo a ser combatido e derrubado.

Mas todos sabem que a derrubada do governo Dilma levará ao poder a reação pró-imperialista, e PSOL e PSTU não serão poupados. Ainda assim, eles se alinham objetivamente com a direita golpista, quebrando a unidade da classe, no delírio de que estão “construindo uma alternativa”.

Nilton de Martins

O atual Congresso se afunda no pântano

E ainda quer acelerar impeachment e atacar direitos

No fechamento desta edição, o STF rejeitava os recursos de Eduardo Cunha que tentavam mudar o rito do impeachment decidido previamente pelo próprio Supremo.

Na prática, isso significa que a comissão especial de 65 membros da Câmara que dará seu parecer sobre a abertura ou não do processo de impeachment deve ser formada por indicação das lideranças partidárias (e não chapa avulsa como queria Cunha) e deliberar com voto aberto.

O rito, se o parecer for favorável à abertura do processo de impeachment, estabelece que este terá que ser aprovado por maioria de 2/3 da casa (342 dos 513 deputados). O STF também reafirmou que o Senado, por maioria simples, pode recusar o impeachment se aprovado na Câmara.

Mas, Eduardo Cunha (PMDB), mais sujo que pau de galinheiro e processado na Lava Jato, segue sendo o presidente da Câmara dos Deputados, terceiro na ordem de sucessão em caso de impedimento do presidente e vice-presidente da república, com todos os poderes que o cargo lhe dá para influir no impeachment de Dilma.

Em 15 de março, a divulgação da delação premiada de Delcídio Amarel deixou o Congresso em polvorosa, pois sobrou denúncia para todo mundo, Aécio, Renan, o próprio Cunha e outros parlamentares (são mais de 100 os já citados em delações ou investigados).

Pacto de salvação nacional?

Ainda sob o impacto das manifestações golpistas de 13 de março,

Daniel Almeida, deputado federal do PCdoB da Bahia, sugeriu (segundo o "Valor Econômico" de 14/03) à presidente Dilma que faça um "pacto pela salvação nacional construído com a sociedade civil, lideranças políticas, inclusive da oposição, e o setor empresarial".

Alguém, em sã consciência, pode achar que tal pacto incluindo a oposição (PSDB e DEM) e o setor empresarial, diluindo o "resto" na "sociedade civil", possa se dar em benefício da classe trabalhadora e da maioria do povo?

Não, o necessário é que o governo, agora, mude a sua política econômica e adote medidas de impacto em benefício dos setores populares, para que possa reatar com sua base original e resistir à ofensiva para derrubá-lo. Se a entrada de Lula no

ministério for para fazer isso, ainda há chance de uma saída positiva para a atual crise.

Quanto ao atual Congresso Nacional, que pretende julgar Dilma no processo de impeachment, nunca foi tão clara a sua ilegitimidade aos olhos da maioria do povo, seu alto grau de corrupção e seu rabo preso com os interesses empresariais. Ele é uma instituição apodrecida que deveria ser substituída por uma Constituinte soberana, dando a voz ao povo para que se faça uma reforma democrática de todo o sistema político (o que inclui o poder Judiciário, que paira acima dos demais sem nenhum tipo de mandato popular ou controle democrático).

Julio Turra

SENADO APROVA PLS 555 MODIFICADO

Com todas as atenções voltadas para a delação de Delcídio e a ida de Lula para o ministério de Dilma, na noite de 15 de março o Senado aprovou o PLS 555 (que avança na privatização das estatais), modificando o projeto original em dois itens: o fim da obrigatoriedade da transformação das estatais em sociedades anônimas e o fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais. Também se aprovou que o "Estatuto das Estatais" só será obrigatório para as empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta.

Essas mudanças, que as entidades que compõem o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas (CUT e mais cinco centrais sindicais e outras entidades) consideram positivas, só foram possíveis por pressão sindical. Entretanto, elas não alteram o objetivo central do PLS 555 que é o de facilitar privatizações. O projeto modificado vai agora para a Câmara e o Comitê vai discutir o que fazer.

Outras iniciativas parlamentares que atacam ou reduzem direitos estão na pauta (terceirização, por exemplo) e mesmo em crise e desmoralizado, o Congresso pode aprová-las, com sua maioria reacionária, o que exige que a CUT e o conjunto do movimento sindical sigam em alerta.

PMDB, o amigo da onça

Principal partido da chamada "base aliada" conspira contra o governo em conluio com o PSDB



Cúpula do PMDB durante convenção

Não é de hoje que o PMDB, da base de sustentação do governo, se mostra aliado não confiável. O chamado desembarque da sigla da base do governo, alardeado pela imprensa nas duas últimas semanas, não causa espanto. "É que os líderes do PMDB sabem, como poucos, sentir os ventos da política" (OESP, 15/03).

Numa situação de crise aguda, em que Dilma insiste em pôr em prática uma política que se choca frontalmente contra o mandato popular que recebeu de 54 milhões de brasileiros, o PMDB, avaliando que o barco do governo está "fazendo água", vislumbra a possibilidade de alçar Temer à presidência da república. O próprio Aécio Neves, comentando os atos da direita do último dia 13, "admite um acerto de procedimentos com o PMDB para tirar Dilma Rousseff do poder" (FSP, 15/03)!

O PMDB não vê contradição em

surfear entre o PT e o PSDB, o importante é garantir seu lugar numa composição de poder. É só lembrar do último dia 9, em que Renan Calheiros e o líder da bancada do PMDB, senador Eunício Oliveira (CE), tomaram café da manhã com Lula e, à noite, foram jantar, como se nada fosse, com a cúpula tucana, na casa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Gritos anti-Dilma e anti-PT e a ponte para o "futuro" de Temer

O PMDB, em sua convenção nacional, realizada no último dia 12, começou com discursos inflamados num clima anti-Dilma e anti-PT. A TV Globo veiculou por diversas vezes o discurso histórico da deputada estadual Eliane Sinhasique (PMDB-AC), que propunha o rompimento da aliança de seu partido com o PT: "É uma aliança nefasta. Vivemos uma verdadeira desgraça, um desgoverno total". Ela fazia coro com figuras

como Eduardo Cunha (RJ) que gritava "Fora PT!". Os ditos aliados do governo, como o deputado Leonardo Picciani (RJ), o atual líder do PMDB na Câmara, diminuíram de tamanho, ficaram mudos.

Todo esse espetáculo para, no final, depois do PMDB ter decidido dar 30 dias para resolver se desembarca ou não do governo, Temer chamar o pretense discurso sóbrio da "unidade nacional": "não é hora de dividir os brasileiros, de acirrar os ânimos. Não é hora de levantar muros. É hora de construir pontes".

Sabemos bem para onde levam as "pontes para o futuro" de Temer, são as reformas que achacam os trabalhadores, entre as quais estão o fim das indexações de qualquer benefício, inclusive o previdenciário, ao salário mínimo; a reforma da Previdência; o fim dos gastos mínimos constitucionais com saúde e educação; e a quebra do regime de partilha da Petrobras.

A verdade é que o PMDB sempre foi um amigo da onça, só trouxe prejuízos nas alianças e composições que fez com o PT. Não poderia ser diferente, pois os interesses do PMDB são contrários aos interesses da base social que votou em Dilma e no PT, são contrários aos interesses da classe trabalhadora.

Kalinka Jezari

Governo francês quer destruir a legislação trabalhista

Sindicatos chamam greve para dia 31 de março contra o projeto El Khomri

Na França as lutas históricas dos trabalhadores conquistaram extensa rede de proteção social e direitos trabalhistas, um obstáculo à “redução do custo do trabalho” e ao “aumento da competitividade”, razão de ser da União Europeia.

O pilar dessa rede é o Código do Trabalho [equivalente à CLT no Brasil, NDT] que, no quadro da política de guerra imposta pelo imperialismo, está ameaçado de explosão por um projeto de lei do governo Hollande, apresentado por sua Ministra do Trabalho, Myriam El Khomri.

Na linha dos ataques contra o “tamanho do estado” e a “força dos sindicatos” El Khomri quer acabar, por exemplo, com a previdência social, a limitação da jornada de trabalho, o valor das horas extras, as exigências legais para demissões. Sua lógica é colocar os acordos por local de trabalho acima da legislação nacional.

Hoje todos os trabalhadores são protegidos pela mesma legislação para todo o país. Se prevalecer o acordo por empresa haverá um direito local superior à legislação nacional resultado de uma “negociação” ou votação por referendo em que os trabalhadores estarão com o revólver na cabeça.

Direitos coletivos para toda a classe trabalhadora

No século XIX não existia o Código do Trabalho. As contratações entre patrões e trabalhadores eram regidas



França, 9 de março: manifestações em todo país em defesa do Código de Trabalho

pelo Código Civil que trata da relação entre pessoas privadas (por exemplo, o contrato de locação de um bem). Legalmente, essa relação era considerada um contrato estabelecido livremente entre duas pessoas iguais. Em nome dessa norma os sindicatos e as greves eram proibidos e reprimidos pois iam contra a “liberdade de contratar”.

Ora, numa empresa o trabalhador está submetido a um laço de subordinação conforme as relações de exploração capitalista. Incorporando essa subordinação, o Código do Trabalho, de 1910, representou um imenso progresso ao reconhecer implicitamente que a sociedade está dividida em duas classes com interesses opostos: os trabalhadores e os capitalistas. O trabalhador deixou de ser considerado como indivíduo isolado que negociava em “pé de igualdade”, com seu patrão. Passou a ter o direito à contratação coletiva.

O fim do princípio do “mais favorável”

O Código do Trabalho protege todos

os trabalhadores, em todas as empresas, de todo o país, quaisquer que sejam seu tamanho e setor de atividade.

De acordo com o princípio do “mais favorável”, conquistado em 1936, as convenções coletivas podem completar o Código do Trabalho, mas à condição de oferecer aos trabalhadores garantias superiores ao Código. Pela mesma lógica, acordos por empresa podem completar a convenção coletiva desde que tragam direitos mais favoráveis.

O projeto El Khomri coloca abaixo esse edifício. O acordo por empresa passa a ser superior à legislação nacional e se impõe sobre os contratos de trabalho existentes. Os trabalhadores que recusarem a alteração poderão ser demitidos.

Cresce a resistência

Contra as tentativas do governo de atrair o movimento operário para “negociar mudanças no texto” as principais centrais sindicais, junto com

organizações de estudantes, convocaram manifestações em 9 de março que levaram às ruas de todo o país mais de 500 mil pessoas.

Em 31 de março uma nova onda de greves e mobilizações está chamada, “para conquistar a retirada do projeto de lei de reforma do Código do Trabalho e para arrancar novos direitos, sinônimo de progresso social”.

Correspondente

Justiça arquiva processo contra sindicalista em Guadalupe

No último dia 15 de março, na Guadalupe, a justiça colonial francesa retirou as acusações que movia contra o sindicalista Jocelyn Leborgne, membro do Sindicato dos Comerciantes e da direção da UGTG-União Geral de Trabalhadores da Guadalupe.

A UGTG é uma das principais organizações que, em 2009, dirigiram uma greve geral que paralisou a Guadalupe durante 44 dias e arrancou importantes reivindicações do poder colonial francês.

Desde então, sindicalistas da UGTG sofrem perseguições judiciais e mais de 100 deles já foram arrastados às barras dos tribunais. Uma arma inventada pelas autoridades é intimar os sindicalistas para fornecerem amostras de DNA para que suas identidades sejam cadastradas no chamado Arquivo Nacional Automatizado de Amostras Genéticas (FNAEG, da sigla em francês). Um arquivo cuja função é identificar autores de crimes e delitos sexuais cometidos contra menores de 15 anos!

A recusa em submeter-se a esses testes – como foi o caso de Leborgne – enseja a abertura de processos judiciais que podem gerar pesadas multas e penas de prisão. Sem se deixar intimidar, a UGTG continua com sua atividade sindical e vem fazendo campanhas de solidariedade contra as perseguições. Do Brasil, mensagens pedindo o arquivamento do processo contra Leborgne foram enviadas ao Ministério da Justiça francês pela CUT e por diversos sindicatos filiados.

Correspondente

Rafael Potosi

Segue a luta pela defesa de sindicalistas espanhóis

Campanha internacional pelo direito de greve e organização dos trabalhadores

Em 17 de fevereiro, oito sindicalistas espanhóis da Companhia Airbus processados por sua participação na greve geral de 2010 contra a reforma do trabalho foram liberados. Essa foi uma vitória comemorada pelos trabalhadores espanhóis, seus sindicatos e organizações que realizaram uma campanha de solidariedade internacional, contando com o apoio de organizações de classe de mais de 20 países, entre elas a CUT Brasil.

Mas 300 outros sindicalistas continuam ameaçados de prisão. O Estado espanhol continua a se valer, sem nenhum constrangimento, do artigo

315.9 do Código Penal que decreta a ilegalidade da greve e dos sindicatos – é uma das heranças malditas da ditadura de Franco – para intimidar, perseguir e punir os trabalhadores que se organizam para lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Por isso, a “Comissão Internacional de defesa dos 300 e pela supressão do artigo 315.3 do Código penal” publicou uma declaração em 4 de março, em Madri, chamando a mais ampla unidade para prosseguir a luta, convocando “todas as forças sindicais e políticas que combateram sem cessar pelos oito da Airbus para que organizem delegações

junto às Embaixadas espanholas” em seus respectivos países. Na Espanha, a Comissão e as centrais sindicais CCOO e UGT se dirigirão aos deputados do novo Parlamento (as últimas eleições aconteceram em dezembro de 2015), em especial os do Partido Socialista (PSOE), Podemos, Esquerda Unida e Unidade Popular (IU-UP) e Partido Comunista Espanhol (PCE), para que façam fazer valer a vontade da maioria do povo espanhol que quer soberania, o fim do plano de austeridade que ataca frontalmente o direito dos trabalhadores e de leis liberticidas. .

Argélia revisa Constituição em meio a situação de perigo

Bancada do PT argelino abstém-se da votação no Parlamento e explica seus motivos

O Parlamento da Argélia aprovou, em 7 de fevereiro, uma revisão constitucional proposta pelo governo. A bancada parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) da Argélia, seguindo deliberação unânime do Comitê Central do partido, absteve-se, apresentando declaração de voto.

O PT, que defende a eleição de uma Assembleia Constituinte, alerta há tempos para os sérios perigos que ameaçam a nação argelina. A independência e a soberania da Argélia foram afetadas, por exemplo, pela aprovação da lei de finanças de 2016, que tem forte conteúdo antinacional e abre caminho para o saque das riquezas do país.

Ao apresentar a declaração de voto, o líder da bancada do PT, Djelloul Djoudi, explicou: “Não se pode abordar a revisão da Constituição sem se enfatizar a situação política perigosa, tanto no plano internacional quanto regional e nacional, em que ela ocorre. Uma situação que ameaça as nações e os povos, em relação com a crise

mundial, que desagrega nações e Estados”. Internamente, disse Djoudi, vive-se a “fragilização das instituições do Estado e a vontade de centros estrangeiros de pilhar as bases materiais de nossa economia”.

O PT avaliou que a revisão tem pontos positivos, como o reconhecimento da língua tamazigh (falada pela minoria berbere do país) como segunda língua oficial da Argélia, o que reforça a unidade nacional do povo argelino. Manteve-se também o artigo 17 da Constituição, que define o solo e o subsolo como propriedades da nação argelina – o que o imperialismo tenta modificar há muito tempo. Porém, o PT apontou contradições e a introdução de conceitos que não deveriam estar na Constituição, como o que prevê “não discriminação entre as empresas públicas e estrangeiras residentes e a proibição do monopólio, mesmo público”.

Ao explicar a abstenção, Djoudi afirmou que o PT não poderia

votar contra a revisão constitucional, já que ela contém melhorias e avanços, alguns dos quais fazem parte da luta do partido desde a sua fundação; mas igualmente não poderia votar a favor, em virtude da existência de artigos contraditórios ou que abrem caminho para o questionamento de conquistas importantes.

Ataques ao partido

Essa votação ocorreu numa situação marcada por mobilizações de trabalhadores contra a pilhagem das empresas públicas, possibilitada pela lei de finanças de 2016. É o caso da luta da categoria da indústria agroalimentar, em defesa das estatais do setor e dos direitos sindicais.

Os mesmos que querem se aposar das riquezas do povo argelino patrocinam ataques e a divulgação de calúnias contra o PT e sua principal dirigente, Louisa Hanoune. Essa ofensiva busca desestabilizar o partido que se opôs, por exemplo, à lei de finanças de

2016. Louisa é também uma das 19 personalidades signatárias de uma carta dirigida ao presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, solicitando audiência para discutir os riscos que pesam sobre o país (leia em OT-778).

Os ataques pretendem, por meio de métodos mafiosos de chantagem, terror e corrupção, interferir na vida interna do partido. Contra a operação, circula no país uma petição, intitulada “Tirem as patas do PT! Tirem as patas da Argélia!”.

Vários sindicalistas se dirigiram ao PT para declarar solidariedade contra os ataques. Houve um efeito contrário ao esperado pelos mafiosos. Por exemplo, a caça às bruxas organizada contra os militantes do PT que atuam na central sindical UGTA provocou uma onda sem precedentes de adesões de sindicalistas ao partido.

Cláudio Soares

Grande mobilização e greve na Argentina



Buenos Aires, 24 de fevereiro

Recém-empossado, o governo Macri adotou uma série de medidas, entre as quais estão cortes nos gastos públicos e demissões de servidores acusados de serem militantes do governo anterior, que não exerciam suas funções e apenas cobravam salários. Anunciadas no início do verão, não era de se esperar que ocorressem protestos massivos.

Porém, parte do movimento operário reagiu. Impulsionado pelo principal sindicato estatal, a Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), e acompanhado por outros Sindicatos, como a Confederação Nacional dos Docentes Universitários Histórica, a Federação

Judicial Argentina e outros, ligados à Central dos Trabalhadores da Argentina – Autônoma (CIA-Autônoma), realizaram uma paralisação em 24 de fevereiro e uma grande manifestação de rua.

O governo ameaçou aplicar um protocolo de medidas para evitar o fechamento de ruas, que é mais um avanço para a criminalização das manifestações. A grande marcha que foi objeto de primeira página dos jornais diários, fato pouco habitual, impediu que o governo estresse a aplicação do tal protocolo.

Essa mobilização ultrapassou uma reivindicação meramente sindical.

Transformou-se na primeira manifestação política e social contra o governo Macri. A manifestação teve uma ampla participação de partidos e organizações, que incluíam os apoiadores dos governos kirchneristas e as diferentes correntes da esquerda.

Alguns dos servidores demitidos foram reincorporados, obrigando o governo a retroceder. A greve, que teve uma grande adesão, foi o prelúdio das discussões salariais com negocia-

ções coletivas. Enquanto o governo tenta pôr um teto limite de 30% aos reajustes, a pressão dos sindicatos dos professores ultrapassou esse teto, ainda que muitos trabalhadores sigam considerando insuficiente por não recuperar o poder aquisitivo perdido com a inflação. O governo tenta avançar contra conquistas sociais, os trabalhadores começaram a resistir aos ataques.

Correspondente

WALL STREET NO COMANDO

Agência financeira Bloomberg comemora que, sob comando de Wall Street, a coraçoão do capital financeiro nos Estados Unidos, “o governo Argentino tem agora a melhor equipe da região”.

Três meses depois da posse, o presidente Mauricio Macri já adotou todas as políticas pró-mercado financeiro: removeu as restrições à compra de dólares, liberou o mercado de câmbio permitindo que o mesmo flutue ao sabor do mercado (que é manipulado por poucos e gigantescos bancos e fundos), cortou gastos públicos sociais.

Mais emblemático, ele mandou os negociadores da dívida externa argentina aceitarem as imposições vexatórias exigidas pelos especuladores dos “fundos abutres”.

A equipe enviada por Macri, ela mesma, é de Wall Street: o ministro das Finanças Alfonso Prat-Gay é um veterano “estrategista de moedas” do banco JPMorgan Chase, dos EUA. Executivos desse mesmo banco, e que mais tarde serviram ao Deutsche Bank AG, são Luis Caputo e Santiago Bausili, os responsáveis pelo Programa da Dívida Externa do ministério. O chefe do gabinete do ministro é Mario Quintana, proprietário de uma corretora e fundo de investimento financeiro. O mega-banco de investimentos Goldman Sachs e os bancos Barclays e Morgan Stanley também estão representados com executivos seus assumindo agora postos-chaves no Banco Central e na agência estatal de Previdência.

Obama renova decreto imperial contra a Venezuela

Governo dos EUA age coordenado com o plano da direita no país

A ofensiva desestabilizadora dos EUA na América Latina reaviva uma política de ingerência nos assuntos internos de países como a Venezuela, Brasil, Bolívia e Equador. Seu objetivo é controlar os mercados da região através de suas transnacionais e oligopólios, retomando o poder político na região através de seus lacaios nas burguesias locais.

Em 3 de março, o presidente Barack Obama renovou o decreto executivo que autoriza o Departamento do Tesouro dos EUA impor sanções contra a Venezuela por esta ser uma “ameaça para a segurança nacional e política exterior dos EUA”.

Em 8 de março, de forma coordenada com o anúncio de Obama, a oposição venezuelana, a MUD, divulgava seu “roteiro” para, segundo eles, “a saída democrática do governo de Nicolás Maduro”: exigir a renúncia do presidente com protestos “pacíficos” nas ruas; aproveitar a maioria opositora na Assembleia Nacional para adotar uma emenda constitucional que abrevie seu mandato e ao mesmo tempo impulsionar um referendo revocatório (previsto na Constituição Bolivariana).

O “roteiro” é o de um golpe branco (“legal”), com “guarimbas” (bloqueios violentos organizados pela MUD) exigindo a renúncia do presidente eleito por sete milhões de venezuelanos, ao mesmo tempo que essa ameaça de incendiar o país serviria de pretexto para apelar a uma intervenção estrangeira.

É materialmente impossível e constitucionalmente inviável que o Con-



Maduro na manifestação de 12 de março, em Caracas

selho Nacional Eleitoral (CNE) possa organizar num mesmo evento eleitoral a ratificação da emenda pretendida pela MUD e o referendo revocatório, pois são procedimentos diferentes que se chocam entre si: a emenda depende da Assembleia Nacional e o referendo é convocado por firmas dos cidadãos. No fundo a MUD quer criar uma confusão institucional para reativar sua agenda golpista.

O único procedimento legal para revogar o mandato de uma autoridade eleita é o referendo – qualquer outro viola a Constituição – e ele só é possível respeitando a norma que exige que o presidente Maduro já tenha cumprido pelo menos a metade de seu mandato de seis anos, fato que ainda não se deu, para ser submetido a referendo.

Eles apostam na violência porque desde o parlamento não se pode destituir um governo. No caso da emenda constitucional, usá-la para revogar o governo seria fraudar os requisitos

estabelecidos na Constituição, ou seja, obter firmas de 20% dos eleitores inscritos (cerca de 4 milhões).

Em 12 de março a oposição mobilizou-se em Caracas e outras cidades para exigir a renúncia de Maduro como primeiro passo de seu roteiro. As marchas foram bem menores do que esperava a direita patronal, tanto na capital como em outras cidades do país.

Maduro convoca mobilização nacional

O presidente Maduro busca apoiar-se na mobilização do povo trabalhador contra o decreto de Barack Obama e em defesa da soberania nacional. Ele anunciou a retirada do encarregado de negócios da embaixada da Venezuela em Washington.

Também em 12 de março milhares de trabalhadores se mobilizaram em vários pontos de Caracas contra a “ingerência norte-americana”.

O presidente chamou o povo para ações de rua: “De 16 a 18 de março vão se levar a cabo grandes mobilizações em todos os estados e municípios do país denunciando o decreto de Obama e levantando as bandeiras e o espírito anti-imperialista das mulheres, jovens, da classe média, de todo

um povo que decidiu ser livre e soberano”, disse ele, agregando que essa jornada seria um “esquentamento de motores” para o “abril patriótico”, quando nos dias 13 e 14 se instalará o Congresso da Pátria.

É evidente que o governo se prepara para um cenário de confronto em que as ruas e a mobilização determinarão o rumo da luta de classes. Maduro pode convocar as organizações sindicais, movimentos populares e da juventude, partidos que se reivindicam anti-imperialistas e os governos progressistas da região para uma jornada continental de mobilização.

O certo é que se impõe a construção de uma grande frente única anti-im-



perialista diante da ofensiva direitista desatada com apoio do imperialismo dos EUA, que coloca o governo da Venezuela diante da alternativa: sobreviver reunindo a maioria da nação ao redor da classe trabalhadora para defender mudanças profundas a favor do povo, ou desaparecer diante da pressão destruidora do imperialismo.

Desde Maracaibo, em 13 de março de 2016.

Alberto Salcedo,
Venezuela

OBAMA EXPLICITA APOIO À DIREITA DA VENEZUELA

Alguns dias depois de ter renovado o decreto de sanções contra a Venezuela e logo após as manifestações de 12 de março da oposição, por um lado, e dos chavistas contra a ingerência dos EUA de outro, o presidente Obama, numa entrevista à CNN em espanhol dada em 14 de março, admite abertamente que está agindo em coordenação com a oposição venezuelana para interromper o mandato do presidente Maduro.

Disse o presidente dos Estados Unidos: “Quanto antes o povo venezuelano eleger um governo no qual confie, que seja legítimo e implemente políticas econômicas que tirem o país da espiral na qual está, será melhor para todos. Francamente, estamos preocupados com a economia venezuelana”.

Numa só tacada, o imperialismo declara o governo Maduro ilegítimo, apoia abertamente a oposição golpista e prega uma política econômica que lhe seja favorável, numa confissão de ingerência nos assuntos internos de um país soberano.

Trata-se de algo inaceitável e que deve ser rechaçado pelo movimento operário e organizações democráticas e populares da América Latina e do mundo.

Em defesa do direito dos povos de decidir o seu próprio destino e em defesa da soberania nacional, abaixo a ingerência do governo dos EUA na Venezuela!

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232